



APRESENTAÇÃO

Sérgio Adorno

A

sociedade brasileira vem experimentando um ritmo acelerado de mudanças, em todos os campos da existência social, desde meados do século passado e, em especial, após o retorno ao estado democrático de direito. O crescimento e a diversificação da economia brasileira alteraram a composição e organização do mercado em todos os seus segmentos, em especial os mercados de trabalho e o consumidor, bem como introduziram novas dinâmicas no fluxo de mercadorias e serviços e no circuito de geração de riqueza e distribuição de renda. Na esfera política, os avanços democráticos foram sendo conquistados à medida que se ampliaram as formas de participação social de distintos segmentos de classes sociais, o que por sua vez contemplou exigências por governabilidade cada vez mais afinada com princípios de responsabilidade republicana. Mudanças profundas também têm sido apontadas em todos os níveis de relações sociais – entre classes, entre gêneros, entre etnias, entre gerações –, deslocando para a esfera pública questões anteriormente confinadas à esfera privada da existência social, como violência e discriminação contra grupos

determinados, portadores de identidades próprias, saúde reprodutiva da mulher, união homoafetiva, ações afirmativas focalizadas para grupos historicamente desprovidos de direitos e da proteção das leis e das instituições encarregadas de promover o bem-estar.

É forçoso reconhecer que a sociedade brasileira, ao se tornar mais complexa e mais densa em suas formas de organização societária e política, abriu espaço para a explosão de conflitos envolvendo disputas de diversas naturezas e com escalas distintas. Embora não se tenham séries históricas confiáveis, tudo parece indicar que se intensificaram conflitos envolvendo corporações entre si e corporações e instituições estatais, mas também entre cidadãos comuns e concessionárias de serviços. Lado a lado a tradicionais conflitos envolvendo posse e propriedade da terra e de patrimônio de toda natureza e espécie, novos conflitos surgiram com a nova configuração da vida associativa nas metrópoles e as demandas pelo direito à cidade, em especial demandas envolvendo qualidade de vida, respeito ao meio ambiente, acessibilidade, segurança pública, acesso à informação a par dos tradicionais direitos a educação, saúde, habitação, transporte público, mobilidade e circulação.

SÉRGIO ADORNO é diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e presidente do Conselho Editorial da *Revista USP*.

Esse universo de conflitos de toda ordem, decorrentes em grande medida do espectro de desigualdades vigentes no país, tem demandado, por sua vez, a configuração de um arcabouço institucional, tanto na esfera civil quanto na política, capaz de administrar conflitos sem o recurso à violência ou a imposição do interesse do mais forte sobre o do mais fraco. É nesse domínio que cidadãos brasileiros, formadores de opinião, juristas, pesquisadores têm indagado se a justiça brasileira e sobretudo seu principal promotor – o Poder Judiciário – têm acompanhado e respondido às demandas por soluções institucionais dos conflitos e contribuído para a ampliação e efetivação das demandas sociais e políticas. Não sem motivos, maior interesse têm despertado na mídia impressa e eletrônica o cotidiano dos tribunais e dos julgamentos e a presença pública de magistrados no debate sobre relevantes questões constitucionais, antes confinadas ao universo de especialistas.

É pensando na atualidade dessas inúmeras questões que a *Revista USP* se propõe, uma vez mais, a colocar em pauta o dossiê Justiça Brasileira. Sob a curadoria conjunta deste presidente

do Conselho Editorial e do dr. José Renato Nalini, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e membro deste Conselho, buscou-se abordar alguns temas salientes nesse debate sobre justiça e Judiciário no Brasil, para o que contribuíram destacados pesquisadores da área. Em linhas gerais, o dossiê contemplou alguns eixos: a formação de bacharéis e juristas, modelos de justiça e de Poder Judiciário, acesso à justiça, morosidade, recrutamento de magistrados, papel e funcionamento das instituições que compõem o sistema de justiça, entre os quais o Ministério Público, direitos de orientação sexual e direitos humanos na esfera judiciária, justiça restaurativa, relações entre mídia e Poder Judiciário, problemas relacionados à gestão das instituições judiciárias, custo da justiça, o que pensam os cidadãos sobre a justiça e garantia do estado democrático de direito e a distribuição espacial dos tribunais no Brasil. Embora não se tenha pretendido esgotar toda a gama de questões que o campo da justiça e do Poder Judiciário suscita, esse leque temático já indica sua pertinência no debate público e sua divulgação através deste veículo de divulgação científica.

Em especial, o Conselho Editorial agradece ao dr. Nalini, que originalmente propôs o dossiê bem como sua concepção.